



Artigo

A participação do Ministério do Turismo nas políticas de educação profissional em turismo

The participation of the Ministry of Tourism in the policies of professional education in tourism

La participación del Ministerio de Turismo en las políticas de educación profesional en turismo

Ivan Conceição Martins da Silva- Universidade Federal

Fluminense - UFF

Aguinaldo Cesar Fratucci - Universidade Federal

Fluminense - UFF

Palavras-chave:

Educação profissional;
políticas públicas;
Turismo;
Ministério do Turismo.

Resumo

A educação profissional supõe a possibilidade de empregabilidade dos indivíduos, bem como o aumento da qualidade dos serviços no turismo e da competitividade dos destinos turísticos nacionais. Dessa forma, é objetivo deste trabalho analisar a participação do Ministério do Turismo nas políticas públicas de educação profissional em turismo. Foram utilizados como metodologia os procedimentos de: pesquisa bibliográfica; análise documental nos Planos Nacionais de Turismo; e coleta de dados secundária em páginas, publicações e reportagens oficiais de Ministérios. Como resultados, observou-se que as políticas do Ministério do Turismo neste campo revelaram raras ações no ensino superior e médio, nenhuma na pós-graduação e uma forte concentração de ações em qualificação profissional. Sua análise confirmou a postura desarticulada com as demais pastas e políticas públicas.

Keywords:

Professional education;
Public policies;
Tourism;
Ministry of Tourism.

Abstract

Professional education implies the possibility of employability of individuals, as well as an increase in the quality of services in the tourism and in the competitiveness of national tourist destinations. Thus, the aim of this work is to analyze the participation of the Ministry of Tourism in public policies of professional education in tourism. The following procedures were used as methodology: bibliographic research; documentary analysis in the National Tourism Plans; and secondary data collection on pages, publications and official reports of Ministry of Tourism and Ministry of

Education. As a result, it was observed that the Ministry of Tourism policies in this field revealed rare actions in higher and secondary education, none in graduate school and a strong concentration of actions in professional qualification. His analysis confirmed the disjointed stance with the other Ministries and public policies.

Palabras clave:

Educación profesional;
Políticas públicas;
Turismo;
Ministerio del Turismo.

Resumen

La educación profesional implica posibilidad de empleabilidad de las personas, así como aumento en la calidad de los servicios en el turismo y competitividad de los destinos turísticos. Así, el objetivo de este trabajo es analizar la participación del Ministerio de Turismo en las políticas públicas de formación profesional en turismo. Se utilizaron como metodología los siguientes procedimientos: investigación bibliográfica; análisis documental en los Planes Nacionales de Turismo; y recopilación de datos secundarios en páginas y publicaciones oficiales de Ministerios. Como resultado, se observó que las políticas del Ministerio en este campo revelaron acciones poco frecuentes en la educación superior y secundaria, ninguna en el posgrado y una fuerte concentración de acciones en la calificación profesional. Su análisis confirmó la postura desarticulada con otros Ministerios y políticas públicas.

Recebido em: 03/12/2021.

Aprovado em: 13/01/2021

Revisado por pares



Como citar APA: Silva, I. C. M.; Fratucci, A. C.. (2021). A participação do Ministério do Turismo nas políticas de educação profissional em turismo. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, Brasília, 9 (2), Mai./ago.. 10.26512/revistacenario.v9i2.35428

Introdução

O terceiro trimestre de 2020 registrou um nível de desemprego superior a 14% da população brasileira economicamente ativa, representando mais de 12 milhões de pessoas. Os esforços do poder público para transformar este cenário incluem o setor do turismo, que não se desenvolve descolado da realidade do país. Em 2018, o Ministério do Turismo (MTur) lançou o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022 que indica o enfoque na empregabilidade do setor no próprio título “Mais emprego e renda para o Brasil”.

É conhecida a capacidade do turismo para impulsionar ou dinamizar economias, bem como seus impactos econômicos capazes de gerar efeitos multiplicadores de emprego e renda (Dwyer, Forsyth & Dwyer, 2010). Entretanto, o setor do turismo é predominantemente baseado em atividades de serviço e, portanto, o funcionamento do setor está diretamente ligado à qualidade dos serviços prestados, isto é, do trabalho exercido por todos os agentes envolvidos na produção da experiência turística praticada pelo turista (Catramby & Costa, 2004; Tomazoni, 2007; Parente & Moesch, 2016). Desta forma, se o turismo serve como impulsor da economia, o trabalho serve como impulsor da atividade turística. Logo: “As exigências mercadológicas orientam para a qualidade, pois para o turismo posicionar-se como uma atividade bem sucedida não pode oferecer apenas o mínimo, mas também o melhor em relação a serviços e ao atendimento” (Parente & Moesch, 2016, p. 4).

Este encadeamento indica, o investimento na educação profissional para o setor do turismo como estratégia do poder público para fortalecimento da atividade turística, o aumento da competitividade dos destinos frente aos mercados internacionais e a participação na recuperação da economia brasileira. O MTur entende que a educação profissional em turismo deva ser:

voltada às pessoas que desejam entrar no mercado de trabalho do Turismo que são atendidas pelas modalidades de educação básica, técnica, tecnológica destinada a proporcionar aptidão para jovens e adultos que lhe permita a qualificação para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho (Parente & Moesch, 2016, p. 4).

A partir desse entendimento, a educação profissional supõe não apenas a possibilidade de empregabilidade dos indivíduos, mas também o aumento da qualidade dos serviços no setor e da competitividade dos destinos turísticos nacionais.

Apesar desta relação direta entre educação profissional e turismo, a responsabilidade sobre a educação no atual sistema político do Brasil compete ao Ministério da Educação (MEC), enquanto o órgão responsável pela organização do turismo – MTur – possui apenas capacidade de articulação entre ministérios para desenvolver o setor. Neste sentido, o problema de pesquisa deste trabalho busca entender como ocorre a participação do MTur na educação profissional que se aplica e implica diretamente sobre o setor turístico brasileiro.

Dessa forma, é objetivo geral deste trabalho analisar a participação do Ministério do Turismo nas políticas públicas de educação profissional em turismo. São objetivos específicos: traçar o histórico da educação profissional no Brasil, tendo como referência a atuação do poder público federal; caracterizar a política de educação profissional e identificar os órgãos públicos responsáveis por ela; apresentar as características da educação profissional voltada para o setor turístico brasileiro; e identificar as ações de educação profissional dentro das políticas de turismo do MTur.

Para atingir tais objetivos, a metodologia utilizada foi baseada em três procedimentos. Como coleta de dados primária, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. O foco das buscas inclui dois campos temáticos: a) educação profissional e educação profissional em turismo, a fim de desvelar características desses conceitos; b) políticas públicas de educação profissional e de turismo, a fim de traçar históricos e relevâncias dos programas e ações do poder público neste setor. Compuseram esta pesquisa bibliográfica tanto pesquisas científicas quanto dispositivos legais que abordam debates teórico-conceituais ou apresentam práticas de qualificação.

Como coleta de dados secundária, realizou-se um levantamento de páginas, publicações e reportagens oficiais do MTur e do MEC sobre suas respectivas políticas de educação profissional. Por fim, empreendeu-se uma análise documental nos Planos Nacionais de Turismo. Foi utilizado o modelo de análise apresentado por Bardin (2011) para identificação, seleção e reorganização do tema qualificação profissional presente nos documentos analisados. No Quadro 1 apresenta-se os documentos e materiais utilizados para cada etapa da metodologia.

Quadro 1. Fontes de dados para os procedimentos metodológicos

Coleta de dados primária	Pesquisas científicas	Campos (2005); Feres (2015); Manfredi (2016) Catramby e Costa (2004); Nogueira, Costa-Neto e Silva (2015); Parente e Moesch (2016); Pimentel, Paula e Oliveira (2015); Tomazoni (2007)
	Dispositivos legais	Política Nacional de Turismo (Brasil, 2008); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996); Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (SETEC, 2004)
Coleta de dados secundária	Site do MTur	Página Qualificação (MTur, 2020)
	Páginas de ações de educação profissional	Brasil + Turismo (MTur, 2017a); 'Conheça o programa' do PQI (MTur, 2013b); 'Perguntas frequentes' do PQI (MTur, 2013c); 'Perguntas Frequentes' do BBA (MTur, 2018b); 'Sobre' do BBA (MTur, 2018c); 'Perguntas Frequentes' do CGT (MTur, 2018d); 'Sobre' do CGT (MTur, 2018e); 'MédioTec presencial' (MTur, 2018f); 'Perguntas Mais Frequentes – PRONATEC Voluntário EAD' (MTur, 2018h); 'Pronatec' (MTur, 2018g).
	Publicações do MTur	Portaria nº 8 (MTur, 2017b), que dispõe sobre as iniciativas BBA e CGT; Portaria nº 46 (MTur, 2017c), que dispõe sobre o

		PQI; Diretrizes Nacionais para Qualificação Profissional (MTur, 2015)
Análise documental	Planos Nacionais de Turismo	PNT 2003-2007 (MTur, 2003) PNT 2007-2011 (MTur, 2007) PNT 2013-2016 (MTur, 2013) PNT 2018-2022 (MTur, 2018)

Fonte: elaboração própria

Cabe destacar alguns recortes da presente pesquisa. Em primeiro lugar, utiliza-se os PNT como materialidade das diretrizes e orientações das políticas públicas do MTur. Logo, trata-se de uma pesquisa documental, focada nas concepções e orientações político-ideológicas, não abrangendo a pesquisa de resultados práticos das ações. Em segundo lugar, em função da amplitude de políticas transversais de qualificação, as políticas de comparação no campo da educação profissional abordadas nesta pesquisa foram restritas àquelas do MEC. Priorizou-se o MEC por ele ser o órgão diretamente responsável pelas diretrizes de educação profissional, ainda que outras pastas abordem esse campo, como o Ministério do Trabalho e o da Ciência e Tecnologia.

Quanto a justificativa do estudo, ela está baseada em três aspectos. No plano teórico, a busca de características sobre educação profissional em turismo pretende contribuir para a síntese de um conceito ainda não abordado com extensão pelas pesquisas do campo do turismo. Destaca-se que com a presente pesquisa não se pretende dar conta de organizar uma concepção de educação profissional em turismo, mas iniciar um movimento de integração entre os conhecimentos produzidos sobre o assunto.

No plano prático, pretende-se analisar a coerência interna da ação do MTur na educação profissional para o turismo. Como indicado, grande parte do discurso das políticas do Ministério é pautado na capacidade de geração de emprego, renda e competitividade do setor. Partindo da compreensão de que a educação voltada para profissionalização é fundamental para avançar nessas questões, analisar a ação do MTur na educação profissional permite desvelar o quanto o órgão está efetivamente impactando no desenvolvimento do setor.

Por fim, em um plano de síntese, espera-se contribuir com uma melhor compreensão sobre qual efeito a ação do MTur gera na expressão formal que a educação profissional em turismo assume nas políticas públicas nacionais.

Políticas de Educação Profissional

Educação profissional é um conceito em constante disputa, o que não permite um consenso para sua definição. O Artigo 39º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na versão original de 1996, definia que: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Tal definição, porém, foi retirada do texto com a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que alterou os dispositivos relacionados a educação profissional. Desta forma, a LDBEN atualmente não possui uma definição expressa do conceito educação profissional.

O documento Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), vinculada ao MEC, estabelecia a educação profissional como “processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sociohistóricas e culturais de poder” (SETEC, 2004, p. 7). Já a autora Manfredi discorre que existem concepções variadas e alternativas do que seria educação profissional

e, portanto, se refere ao termo como “educação ‘no’ e ‘para’ o trabalho” (Manfredi, 2016, p. 45). As duas referências concordam, todavia, na ausência de consenso sobre o conceito de educação profissional. Segundo a SETEC (2004, p. 11):

Várias são as expressões que tentam, através da história, imprimir significado à educação profissional: ensino profissional, formação profissional ou técnico-profissional, educação industrial ou técnico-industrial, qualificação, requalificação e capacitação. [...].

Na verdade, não há consenso sobre o significado desses termos, mas é preciso reconhecer que há critérios técnico-políticos e referências conceituais para sua opção. Com efeito, as definições ou teorias não aparecem isoladas dos projetos e dos processos em que são gerados. Sua escolha, de modo explícito ou não, obedece às necessidades de legitimação do projeto maior que utiliza e interpreta tais denominações.

De acordo com Manfredi (2016, p. 42) a divergência das concepções do conceito existe em função de “pontos de clivagem e diferenciação na construção de expectativas quanto à natureza da Educação Profissional, quando se tomam como parâmetros os diferentes interesses em jogo: o dos trabalhadores, o dos empresários e o dos gestores do Estado”.

Independentemente do consenso teórico-conceitual, a educação profissional vem assumindo na realidade prática expressões diversas ao longo do tempo – especialmente se considerada na concepção expandida de “educação no trabalho” e “educação para o trabalho”. A seguir são apresentados brevemente os marcos históricos para as políticas públicas de educação profissional no contexto brasileiro.

Histórico das Políticas de Educação Profissional

Muitos processos influenciam e compõe a produção das políticas públicas de educação profissional no Brasil. Por isto, foram utilizados como filtros norteadores para a composição desse histórico, três categorias: as expressões que assume a educação profissional no Brasil; a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; e a ação do poder público federal na educação profissional.

Para demarcar as expressões de educação profissional, foi usado como fundamento o livro Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história, de Manfredi (2016). Segundo a autora, a primeira expressão de educação profissional em território já considerado brasileiro é relativa aos povos indígenas habitantes antes da chegada dos europeus. Para estes povos, a educação profissional “integrava (e ainda integra) ‘saberes’ e ‘fazeres’ mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comunidade”, isto é, ocorria “mediante a observação e participação direta nas atividades de caça, de pesca, de coleta, de plantio e de colheita, de construção e de confecção de objetos” (Manfredi, 2016, p 46). Já no período colonial (séculos XVI a XIX), a educação profissional ocorria: na aprendizagem de ofícios para os escravos no próprio local de trabalho; na catequese e educação dos índios pelos jesuítas; em escolas de jesuítas para os colonizadores; e nas corporações de ofício organizadas para o trabalho artesanal (Manfredi, 2016).

Com a independência do país (século XIX), o governo imperial interrompe a predominância da atuação dos jesuítas na educação e dá início à construção de um aparato institucional de educação próprio. No campo da educação profissional, o Estado desenvolve “um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação de força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais” (Manfredi, 2016, p. 54). Neste período havia ações de educação

profissional estatais, como as casas de educandos artífices, e civis, como os liceus de artes e ofícios.

Em seguida, conforme o crescimento dos centros urbanos e avanço da industrialização, durante a Primeira República (1889-1930) a educação profissional precisou tomar novas expressões onde “poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas” (Manfredi, 2016, p. 58). O aparato institucional iniciado no Império evoluiu, assim, para um sistema escolar mais amplo, cujos atores envolvidos na construção incluem governos estaduais e federal, Igreja Católica, organizações e sindicatos de trabalhadores (Manfredi, 2016).

O período do Estado Novo (1937-1946) vai trazer disputas no campo do trabalho que irão marcar profundamente a sociedade brasileira. Esse movimento reflete-se na educação profissional, com o fortalecimento do setor privado nas decisões macrosociais do campo através do surgimento do Sistema S. Após 1945 essa expressão se intensifica, com aprofundamento da dualidade entre os ensinos básico e profissional e com o aumento da participação do Sistema S e das redes privadas na educação profissional (Manfredi, 2016).

Paralelamente às expressões que a educação profissional assume, diversas ações públicas vão compor um processo de formação do que hoje é entendido como a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A criação de instituições de educação se iniciou em 1909 com as Escolas de Aprendizes de Artífices. Em 1937 essas Escolas são reformuladas em Liceus Industriais (que abrangiam todos os graus de educação formal) e, em 1942, as mesmas instituições são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas (com atuação restrita ao ensino secundário). Após 17 anos, as “Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão” (Brasil, 2016, s. p.). Em 1967 foram incorporadas as Escolas Agrícolas Federais e, a partir de 1994, com a instituição do Sistema Nacional de Educação Profissional, tanto as Escolas Técnicas quanto as Agrícolas foram gradualmente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Mais tarde, a partir de 2008, um novo processo converte os CEFET em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFF), que abrangem tanto nível médio quanto superior.

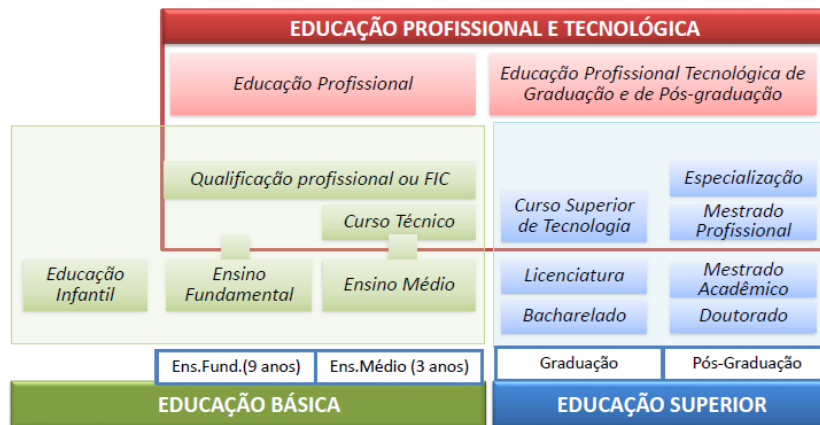
Além da criação de instituições educacionais, o poder público também vem atuando com destaque sobre educação profissional através de políticas públicas. Diversos dispositivos políticos e normativos agregaram importância a este ramo da educação, dentre eles: o Projeto Fidélis, de 1927; a criação do Ministério da Educação e Saúde, com órgão competente para educação profissional, em 1930; a Constituição brasileira de 1937; a Reforma Capanema, em 1937; o Plano de Metas estabelecido no governo JK; o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), em 1965; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN) de 1971 e, mais tarde, a LDBEN de 1996 (Brasil, 2016, s. p.).

Tais dispositivos revelavam novas concepções da educação profissional, advindas das disputas acerca da sua função ou foco. Uma das questões recorrentes nas políticas públicas de educação profissional ao longo do tempo é o nível de educação ao qual esta se enquadra, ora se limitando ao ensino superior ou básico, ora se expandindo para todos os níveis. Nesse sentido, a LDBEN de 1996 representa um marco que caracteriza a atual configuração da educação profissional no Brasil.

LDBEN e a Atual Configuração da Educação Profissional no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) demonstra a articulação entre a educação profissional e as educações básica e superior, conforme está ilustrado na Figura 1, a seguir.

Figura 1. Organização da Educação Brasileira



Fonte: Feres (2015)

Ao nível de ensino fundamental, estão atrelados cursos de qualificação profissional ou formação inicial continuada (FIC), destinados a “qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia” (Campos, 2005, p. 893). Já ao nível médio, estão atrelados os cursos técnicos, com foco na “habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio” (Campos, 2005, p. 893). ao nível superior, as iniciativas atreladas são consideradas Educação Profissional Tecnológica, que abrange os cursos de tecnologia na graduação e especializações e mestrados profissionais na pós-graduação.

Apesar desta organização ser clara e possuir uma lógica coerente de progressão da educação profissional e articulação com os níveis de ensino, o que se observa na prática são políticas e programas públicos fragmentados, desarticulados ou mesmo concorrentes. Contribui muito para esta realidade a estrutura político-partidária do governo executivo, que, se por um lado possui uma delimitação muito rígida das áreas de competência dos órgãos de administração pública, por outro é dependente da articulação política dos partidos ou figuras políticas que compõe a base de governo para governabilidade – reflexo do atual sistema de coligações partidárias nos processos eleitorais do poder executivo.

Quanto aos órgãos competentes para execução da política de educação profissional, é possível observar uma gama de entidades, quase sempre desarticuladas, que têm relação com a educação profissional e uma série de questões que esse panorama suscita.

Em relação à educação profissional tecnológica no ensino superior, há uma dualidade, por exemplo, quanto aos responsáveis pelos cursos e pelas instituições que os oferecem. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC) é responsável pela educação profissional e pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; enquanto a Secretaria de Educação Superior (SESu) é responsável pelo ensino superior e pelas instituições públicas federais de ensino superior (Ifes). Entretanto, é possível identificar sobreposições à medida em que se observe cursos de graduação nas instituições da Rede Federal, bem como cursos tecnológicos nas Ifes. Da mesma forma, é possível ver sobreposição da SETEC sobre a Secretaria de Educação Básica (SEB), uma vez que a primeira é responsável pelo programa MédioTec, que trata de cursos profissionais ofertados no ensino básico regular.

Ainda de forma mais pronunciada, tal fragmentação das ações e estruturas aparece no âmbito da qualificação profissional desenvolvida em diferentes pastas do setor público que atuam como atores sociais interessados e, portanto, agem na promoção de diferentes políticas destinadas a esse fim. É possível identificar diversas ações do MEC, do Ministério

do Trabalho e, no que diz respeito ao setor econômico do turismo, também o Ministério do Turismo.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TURISMO

Antes de se identificar os programas e políticas do MTur voltados para a educação profissional, apresenta-se as especificidades dessa educação para o setor turístico, destacando qual a sua relevância e justificativa para a atuação do poder público.

Educação Profissional em Turismo

A inexistência de uma definição relativamente consensual para o conceito de educação profissional permanece quando observada sua aplicação à área do turismo. Para além disto, somam-se à complexidade do conceito as diversas características do turismo e do trabalho neste setor. Desta forma, o esforço aqui proposto para caracterizar a educação profissional em turismo tem como foco apontar suas características e seus possíveis benefícios/consequências.

A educação profissional em turismo compreende todos os níveis de educação, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 2. Níveis e cursos de educação profissional em turismo

NÍVEL	CATEGORIA
Profissionalizante	
FIC	Camareira, garçom, barman, commis, porteiro, mensageiro, atendente de reservas, recepcionistas, seguranças, limpeza e manutenção, telefonista.
Técnico	Cozinheiro, guias, gerência setorial, pessoal da área comercial e de vendas, de eventos e de transporte e de alimentos e bebidas
Tecnológico	Área de tecnologia de alimentos, tecnologia da informação, serviços logísticos
Superior	
Graduação	Pesquisa, docência, planejamento, gestão, direção, marketing, finanças, meio ambiente, lazer
Pós-graduação	Aprofundamento dos conhecimentos para pesquisa e investigação científica, docência, planejamento, gestão

Fonte: Parente e Moesch (2016, p. 7)

Tomazoni defende que a formação no ensino técnico em turismo (de nível médio) deve contemplar tanto “competências gerais que lhe permitam ganhar flexibilidade e versatilidade”, quanto “competências específicas que atendam às demandas constatadas” (Tomazoni, 2007, p. 211). Pimentel, Paula e Oliveira (2015) apontam a importância da formação do bacharel em turismo para o funcionamento de micro e pequenas empresas e, conseqüentemente, do próprio destino turístico. Por sua vez, Rejowski (2001) aponta a falta da qualificação de profissionais de nível superior como pesquisadores, gestores e planejadores.

Outras características da educação profissional em turismo são suas capacidades de: a) aproximar teoria e prática, através da “articulação de diferentes conhecimentos teórico-práticos para a construção da formação profissional” (Tomazoni, 2007, p. 210); b) estimular o desenvolvimento de consciência crítica, propiciando “as condições de reflexão sobre o modo de pensar, agir e tomar decisões quanto aos princípios, pressupostos e atividades previstas e seu compromisso moral e ético com o trabalho exercido” (Parente & Moesch, 2016, p. 12).

É importante destacar também que a educação profissional em turismo reflete as características do próprio mercado de trabalho do setor, em especial a “diversidade e abrangência de tipos de oferta de segmentos que abrange” (Tomazoni, 2007, p. 215). Desta forma:

a atuação em turismo requer múltiplas formações, reunidas em um mesmo profissional, ou dos mais diversos profissionais que integram os segmentos da cadeia produtiva. Assim, a formação nas áreas de cultura, hospedagem, alimentação e comércio são fundamentais para o sucesso do mercado do turismo. Da mesma forma, para motivar a demanda por serviços ou produtos turísticos, é necessária a atuação de bons profissionais de marketing e comunicação. É importante salientar que, no caso do planejamento de marketing, o turismo apresenta peculiaridades especiais que requerem uma orientação que privilegie tanto a comunidade receptora quanto os clientes visitantes (Tomazoni, 2007, p. 215-216).

Parente e Moesch (2016) apontam, ainda, que a educação profissional em turismo precisa contemplar diversas competências, como criatividade, conhecimento crítico sobre a realidade, visão sistêmica, interdisciplinaridade, domínio de novas tecnologias, respeito às diferenças e exercício da hospitalidade.

Como consequências/resultados da educação profissional em turismo, pode-se identificar seis benefícios potenciais: formação de mão de obra; geração de empregabilidade; aprendizado do trabalho; qualidade dos serviços; competitividade dos destinos; e desenvolvimento sustentável do turismo.

A formação de mão de obra e geração de empregabilidade compõe um mesmo fenômeno, diferenciando-se em função de qual ator social é beneficiado. De acordo com Tomazoni (2007, p. 200): “Os atributos do trabalhador, como qualificação e competência, poderiam ser definidos como mercadorias das quais o mercado capitalista se apropria para viabilizar seus objetivos de produção e de lucro”. Isto é, ao passo em que um trabalhador se qualifica para o exercício do trabalho, o *trade* turístico se beneficia com o aumento de mão de obra disponível para contratação. Ao mesmo tempo, os cursos de educação profissional “devem corresponder a ocupações existentes no mercado de trabalho e requerem que a habilitação, como processo educacional de formação atualizado, seja capaz de gerar a desejada laboralidade ou empregabilidade dos egressos” (Tomazoni, 2007, p. 211). Portanto, a educação profissional deveria – ainda que não seja essa a única função na prática – visar a empregabilidade dos estudantes contemplados.

Outra consequência da educação profissional é aprender com o próprio exercício do trabalho: “A qualificação profissional funciona de forma a complementar a formação na busca por outros tipos de conhecimento, que não os já aprendidos em sala de aula” (Nogueira, Costa-Neto & Silva, 2015, p. 435). Assim, o estudante ou trabalhador do setor que busca esta modalidade de educação obterá um “enriquecimento das competências com as aptidões dos saberes técnicos, o *savoir-faire* que se adquire no local de trabalho” (Tomazoni, 2007, p. 209).

Um fator que pode ser determinado ou influenciado pela educação profissional e que tem papel fundamental no funcionamento da atividade é a qualidade do serviço prestado ao turista:

Pouco adianta dispor de atrativos turísticos ímpares se, por exemplo, o atendimento nos meios de hospedagem for de regular a ruim, se não houver guias nos monumentos históricos, se os garçons de restaurantes forem impacientes e desatentos, se o motorista de táxi não souber a história e os principais atrativos da cidade, se, nos órgãos públicos, não houver informações turísticas ou, se, ainda, a

própria população local não valorizar o seu patrimônio natural e cultural (Tomazoni, 2007, p. 213).

Dessa forma, a educação profissional assume uma maior importância dentro do setor, à medida em que “a qualidade dos serviços prestados depende de profissionais capacitados/qualificados, isto é, de profissionais que possuam as competências requeridas para o trabalho e para a vida em sociedade” (Parente & Moesch, 2016, p. 3).

Os fatores de formação de mão de obra, empregabilidade e qualidade dos serviços vão compor, em seguida, outra consequência de ampla importância para o turismo: a competitividade dos destinos. Catramby e Costa defendem a qualificação profissional – uma das expressões da educação profissional – como uma estratégia de competitividade, apontando que: “A qualidade dos serviços prestados está diretamente ligada a qualificação da mão-de-obra. No setor de serviços é evidente a necessidade de qualificar os recursos humanos que lidam diretamente com o público” (Catramby & Costa, 2004, p. 34).

Por fim, o desenvolvimento sustentável do turismo também é uma possibilidade de resultado alcançado com apoio da educação profissional em turismo – ainda que sua observação em casos práticos seja muito restrita. Nogueira, Costa-Neto e Silva (2015) relatam como a educação profissional voltada para desenvolvimento da atividade turística, permitiu que uma comunidade indígena em Roraima se utilizasse do turismo para contornar a escassez de recursos naturais disponíveis para autoconsumo. Entre os benefícios da ação de educação, os autores listam: valorização da natureza, das tradições e dos patrimônios; reafirmação da identidade cultural e do pertencimento étnico; aumento na qualidade de vida e maior intercâmbio com culturas e recursos naturais das comunidades exógenas (Nogueira, Costa-Neto & Silva, 2015). Corroboram com a experiência apresentada pelos autores, a afirmação de Tomazoni (2007, p. 215):

A formação profissional em turismo, por meio da educação institucional ou escolar, incentivaria a criatividade na prospecção de atividades culturais, envolvendo a preservação do patrimônio histórico, o fomento do lazer cultural com a dinamização de museus e a produção de artesanato. O fortalecimento das manifestações culturais, como bens de valor econômico, e o aumento da autoestima, especialmente, das comunidades do meio rural, são conquistas que a educação em turismo pode proporcionar.

Entendidas as características gerais da educação profissional em turismo, a seguir são apresentadas as ações ocorridas neste campo identificadas nas políticas de turismo do governo federal.

Políticas de Turismo

As políticas públicas de turismo estão estruturadas – através da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 – tendo como órgão executor o MTur e como instrumento de planejamento o Plano Nacional de Turismo. Nesse sentido, o PNT é o documento que, em condições de cumprimento da citada Lei, detalha a ação do MTur e, portanto, deve (ou deveria) abarcar as possíveis ações de educação profissional. Desta forma, foram levantadas as ocorrências das categorias de educação profissional nas quatro últimas edições do PNT.

A educação superior, seja no âmbito geral ou no âmbito da educação profissional tecnológica, não cabe dentro das competências de atuação do MTur. Essa relação se evidencia no fato das três primeiras edições do PNT não apresentarem qualquer tentativa de ação envolvendo os educandos do nível superior. Existia alguma ligação com as instituições de ensino superior, mas para prestação de serviços ou atuação política, não para articulação de um programa de educação profissional. Com o pacote de medidas Brasil + Turismo, lançado em 2017 e apropriado pelo PNT 2018-2022, esse cenário muda. O Programa de

Qualificação Internacional (PQI) foi voltado para estudantes do ensino superior. Embora esta ação seja promovida pelo MTur (MTur, 2020) como qualificação profissional (categoria vinculada ao ensino fundamental), dois fatores tornam sua ligação mais relevante com o ensino superior. Primeiro, apenas estudantes do ensino superior foram contemplados e, segundo, os cursos realizados não caracterizam certificação de formação independente – isto é, a Qualificação Profissional tem, tão somente, um valor de formação complementar ao curso superior já em desenvolvimento pelo graduando.

A mesma realidade se aplica à educação profissional de nível médio/técnico. Não existe menção nos quatro planos analisados sobre ensino básico e as escolas que os ofertam. Porém, também advindo do programa Brasil + Turismo, consta no PNT 2018-2022 o programa MédioTec Turismo. Este programa é uma proposta vinda da pasta da Educação e replicada para o setor do Turismo, carregando, assim, suas contradições. O MédioTec, como já abordado, utiliza cursos de qualificação profissional do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no ensino médio para compor um ensino técnico. No PNT o MédioTec Turismo está caracterizado como programa de qualificação profissional – respeitando a origem dos cursos que o subsidiam – porém enquanto programa de governo, ele vem sendo vendido como ensino técnico e, portanto, vinculado ao ensino médio.

Já em relação à qualificação profissional, vinculada ao ensino fundamental ou à inexistência de educação formal, é a categoria mais presente nas políticas do MTur. O PNT 2003-2007 embasou a promoção de três programas de qualificação, sendo eles: um curso para artesãos; o Programa de Alimento Seguro no Turismo; e o Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial. O PNT 2013-2016, por sua vez, instituiu um programa nacional para qualificação profissional em turismo, o Pronatec Turismo. O programa tinha como foco suprir as demandas de mão de obra para a Copa do Mundo e os grandes eventos, mas permaneceu (ainda que de forma bem menos intensa) após o fim da vigência do plano, inclusive sendo elaborada a versão Pronatec Voluntário (realizado *online* por busca voluntária dos estudantes). Com o pacote Brasil + Turismo e o PNT 2018 – 2022 acrescenta-se à qualificação os programas Brasil Braços Abertos (BBA) e Curso Gestor de Turismo (CGT), realizados em plataforma *online* para cursos básicos de aperfeiçoamento dos trabalhadores do setor e gestores públicos de turismo.

Educação Profissional, Turismo e Políticas Públicas

As políticas públicas do MTur voltadas para a educação profissional apresentam uma relação desproporcional e decrescente entre os níveis de educação. Em relação ao nível superior, apenas uma ação foi identificada entre todos os PNT analisados e seu alcance em relação à quantidade de estudantes contemplados é bastante limitadaⁱⁱ. No nível médio, embora também apenas uma iniciativa tenha sido notada, seu alcance é relativamente maior, uma vez que o MédioTec tenha sido proposto para contemplar dez mil estudantes apenas em 2017ⁱⁱⁱ. Já a qualificação profissional, os cursos que se atrelam ao nível fundamental ou nenhum, configuram a maior parte das ações de educação profissional, estando presentes nos PNT de forma estrutural desde a criação do Ministério.

Com relação à fragmentação das políticas de educação profissional, é possível notar que as ações de qualificação apontadas nos PNT 2003-2007 e 2007-2011 não são promovidas como ações articuladas com demais pastas do setor público (MTur, 2003; MTur, 2007). Com a reformulação das ações de qualificação no PNT 2013-2016, voltando todos os esforços para o Pronatec Turismo, surge maior integração da ação do MTur com o MEC, uma vez que este era responsável pelo Pronatec (MTur, 2013a). Já as ações vindas com o Brasil + Turismo e o PNT 2018-2022 apresentam mais de uma situação. O MédioTec Turismo, assim como o Pronatec, é totalmente integrado à política do MEC (MTur, 2018f). Já o BBA possui um público-alvo diferenciado devido a proposta de qualificação do atendimento – ou seja, não concorre com os cursos que visam a formação para o trabalho e a inserção em postos de trabalho (MTur, 2018c). O CGT, segue a mesma lógica do BBA, diferenciando-se

apenas por ser voltado para profissionais da gestão pública em vez de atendimento (MTur, 2018e). E, ainda, o PQI, embora seja dependente do ensino superior devido ao público-alvo, na prática não representa nenhuma integração com o percurso formativo dos estudantes – contando apenas como experiência individual e/ou complementar (MTur, 2013b).

Nesse sentido, é possível observar que as ações do MTur são limitadas pela área de competência de atuação da pasta. Isto é, nos campos onde sua atuação não depende de articulação com outros setores (como a qualificação profissional) ele estabelece programas distintos e/ou concorrentes (BBA, CGT e programas de qualificação). Porém, nos campos onde sua atuação exige articulação (ensino médio e superior) o MTur assume postura ressonante (Pronatec, MédioTec) ou desconexa (PQI).

Quanto ao alcance de benefícios resultantes destas ações do MTur, o panorama é, também, misto. No fator formação de mão de obra destacam-se as iniciativas do Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial, do Pronatec Turismo e do MédioTec Turismo. É preciso notar, contudo, que de acordo com pesquisa encomendada pelo MTur – consolidada nas Diretrizes Nacionais para Qualificação Profissional (DNQT) – o mercado sinaliza que há falta de profissionais qualificados para os postos de trabalho disponíveis. Ou seja, embora estejam sendo feitos largos investimentos em cursos de qualificação, não estão sendo detectados e supridos os postos que necessitam de mão de obra especializada. Esta relação indica um benefício concentrado em dois atores sociais: as instituições educacionais responsáveis pela execução do programa (que recebem recursos, independente da empregabilidade dos formandos) e as empresas cujas vagas de emprego são contempladas pelos cursos ofertados (pois a oferta sobrecarregada de trabalhadores impulsiona a queda de salários). O fator empregabilidade é prejudicado, portanto, pelo mesmo movimento, à medida em que os formandos não encontram vagas de trabalho e as vagas de trabalho não são preenchidas.

Os programas com maior perfil de formação complementar – como BBA, CGT, cursos para artesãos e Programa de Alimento Seguro no Turismo – têm mais apelo à empregabilidade e menos à formação de mão de obra, uma vez que sejam mais efetivos para melhorar o serviço de trabalhadores já atuantes do que para iniciar pessoas no mercado de trabalho. Nesse sentido, têm impacto também no fator de qualidade dos serviços em turismo, pois preveem uma atualização das competências necessárias para atender a demanda turística.

Em relação à competitividade de destinos, o panorama dos fatores anteriores aponta que não há uma política forte e concisa o bastante para alcance de tal resultado. Se a qualificação dos trabalhadores no setor de turismo (predominantemente de serviços) é decisivo para competitividade dos destinos, não é cabível que a política pública de educação profissional do MTur esteja formando excesso de mão de obra para determinados postos de trabalho enquanto negligencia os postos que o mercado sinaliza como deficientes, conforme informa a DNQT (MTur, 2015). Também necessita avançar o MTur na articulação entre as ações, delimitando melhor a função de cada programa e o espaço que cada público contemplado pretende preencher, bem como de suas ações com as demais pastas – contornando a sobreposição de formações apontadas como forte característica do ensino em turismo por Catramby e Costa (2004).

Por fim, quanto a propiciar um desenvolvimento sustentável do turismo nas localidades, as ações estabelecidas pelos PNT analisados, de forma geral, não apresentam tal preocupação. A partir das informações disponíveis nos sites oficiais e em reportagens do MTur é possível detectar que determinados conteúdos são abordados em alguns cursos – como práticas de hospitalidade, sustentabilidade ambiental e valorização cultural (MTur, 2013b; MTur, 2018c; MTur, 2018e; MTur, 2018f; MTur, 2018g). Entretanto, o objetivo central das políticas de educação profissional não tem como foco o desenvolvimento sustentável (seja do ponto de vista de uso de recursos naturais, de valorização da cultura ou protagonismo

das comunidades locais), mas sim o desenvolvimento econômico do setor através de competitividade, qualidade do atendimento e geração de emprego e renda – conforme amplamente estabelecido pelo PNT 2018-2022 (MTur, 2018a).

Considerações Finais

Foi objetivo geral deste trabalho analisar a participação do Ministério do Turismo nas políticas públicas de educação profissional em turismo.

Para tanto foi traçado um histórico que contemplou as expressões que a educação profissional assumiu ao longo da história do Brasil, o desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e as políticas públicas do setor turístico brasileiro. A caracterização da atual política de educação profissional apontou uma divisão entre os níveis fundamental, médio, superior (graduação e pós-graduação), assim como uma relação desorganizada e desarticulada entre as diferentes pastas do setor público (ora complementares, ora concorrentes).

No plano teórico, a busca pelas características da educação profissional que se volta ao turismo identificou formação de consciência crítica, aprendizagem pela prática, multiplicidade de segmentos, criatividade e conhecimentos sobre as sociedades e o mundo contemporâneo. Já no plano prático, as políticas do MTur neste campo revelaram raras ações no ensino superior e médio, nenhuma na pós-graduação e uma concentração de ações em qualificação profissional. Sua análise confirmou a postura desarticulada com as demais pastas e políticas públicas. Pela confrontação da prática da política aos preceitos teóricos, observou-se como panorama dos benefícios potenciais: a) uma atuação controversa na formação de mão de obra e geração de emprego; b) avanços na busca de aumento da qualidade dos serviços; c) falha ou inexistência de um direcionamento conciso para fomentar a competitividade dos destinos e; d) pouco destaque para o fomento ao desenvolvimento de formas sustentáveis de turismo.

Portanto, observa-se no plano da síntese, que a participação do MTur nas políticas de educação profissional em turismo é bastante limitada. Além de não apresentar uma articulação para atuação efetiva nos ensinos médio e superior, mesmo aquelas ações de qualificação nas quais há maior liberdade, existe bastante ressonância com as políticas já estabelecidas do MEC. Além disso, observa-se pelo panorama dos benefícios potenciais que a educação profissional empreendida pelo MTur não está inteiramente alinhada aos preceitos estabelecidos pela própria Política Nacional de Turismo e os PNT, como empregabilidade, competitividade e sustentabilidade.

Recupera-se que o presente estudo não tem a pretensão de encerrar as questões sobre o tema abordado, mas fomentar a discussão e abrir novas indagações. Outros pontos de grande importância não abordados neste estudo incluem: levantamento de ações que o MTur promove sem embasamento ou registro nos PNT; estudo dos planos pedagógicos dos cursos de educação profissional ofertados; articulação do MTur com órgãos estaduais e municipais para criação de programas de educação profissional; e levantamento e comparação das ações de educação profissional em turismo nas diferentes pastas do poder público federal.

Referências bibliográficas

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Brasil (2008). Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Brasília, 17 de setembro de 2008.

- Brasil (1999). LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- Campos, J. R. V. (2005). Educação profissional no Brasil. In: Trigo L. G. G. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca.
- Catramby, T. C. V.; Costa, S. R. R. (2005). Estudo de caso sobre a capacitação docente na área de turismo no estado do Rio de Janeiro. *Caderno Virtual de Turismo*. v. 5, n. 2, p. 11-28.
- Dwyer, L.; Forsyth, P.; Dwyer, W. (2010). *Tourism Economics and Policy*. Grã-Bretanha: Channel View Publications.
- Feres, M. M. (2015). *Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil*. São Paulo, 01 de setembro de 2015. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=221_51-apresentacao-mec-setec-estadao-pdf&Itemid=30192. Acessado em 13 de setembro de 2018.
- Manfredi, S. M. (2016). *Educação Profissional no Brasil. Atores e Cenários ao Longo da História*. Paco Editorial.
- Ministério da Educação. (2016). *Linha do tempo*. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 11 de abril de 2016. Disponível em http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha_tempo_11042016.pdf. Acessado em 13 de setembro de 2018.
- Ministério do Turismo (2015). *Diretrizes Nacionais de Qualificação em Turismo*. Brasília.
- Ministério do Turismo (2003). *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas, 2003 - 2007*. Brasília.
- Ministério do Turismo (2007). *Plano Nacional do Turismo: uma viagem de inclusão. 2007 - 2011*. Brasília.
- Ministério do Turismo (2013a). *Plano Nacional do Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil, 2013 - 2016*. Brasília.
- Ministério do Turismo (2013b). *Conheça o programa*. Disponível em: <http://www.pqi.turismo.gov.br/site/conheca-o-programa.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2018.
- Ministério do Turismo. (2013c) *Perguntas frequentes*. Disponível em: <http://www.pqi.turismo.gov.br/site/conheca-o-programa.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2018.
- Ministério do Turismo (2017a). *Governo Federal anuncia o Brasil + Turismo, pacote de medidas para desenvolver o setor no país*. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7691-governo-federal-anuncia-o-brasil-turismo,-pacote-de-medidas-para-desenvolver-o-setor-no-pa%C3%ADs.html>. Acessado em 29 de dezembro de 2017.
- Ministério do Turismo (2017b). *Portaria nº 8, de 6 de janeiro de 2017*. Brasília.
- Ministério do Turismo (2017c). *Portaria nº 46, de 4 de abril de 2017*. Brasília.
- Ministério do Turismo (2018a). *Plano Nacional do Turismo: mais emprego e renda para o Brasil, 2018-2022*. Brasília.
- Ministério do Turismo (2018b). *Brasil Braços Abertos: Perguntas Frequentes*. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/assuntos/7857-perguntas-mais-frequentes-%E2%80%93-brasil-bra%C3%A7os-abertos.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2018.

- Ministério do Turismo (2018c). *Brasil Braços Abertos: Sobre*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/11530-brasil-bra%C3%A7os-abertos-inscri%C3%A7%C3%B5es-2018.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2018.
- Ministério do Turismo (2018d). *Curso Gestor de Turismo: Perguntas Frequentes*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/11771-perguntas-mais-frequentes-gestor-de-turismo.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2018.
- Ministério do Turismo (2018e). *Curso Gestor de Turismo: Sobre*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/11538-curso-gestor-de-turismo.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2018.
- Ministério do Turismo (2018f). *MédioTec PRESENCIAL*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/7957-mediotec.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2018.
- Ministério do Turismo (2018g). *PRONATEC*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/7959-pronatec-turismo.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2018.
- Ministério do Turismo (2018h). *Perguntas Mais Frequentes – PRONATEC Voluntário EAD*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/7858-perguntas-mais-frequentes-%E2%80%93-pronatec-volunt%C3%A1rio-ead.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2018.
- Ministério do Turismo (2020). *Qualificação*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/qualifica%C3%A7%C3%A3o.html>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
- Nogueira, E. M.; Costa-Neto, C. P. L.; Silva, G.P. (2013). Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 424-441, mai/jul.
- Parente, F; Moesch, M. (2016). Desafios das políticas de qualificação para um turismo mais humanizador. *Anais do Seminário da ANPTUR*.
- Pimentel, T. D.; Paula, S. C.; Oliveira, M. C. B. (2016). Uma reflexão sobre a qualificação na formação em turismo: relevância da micro e pequena empresa para o destino turístico. *Turismo y Sociedad*, v. 18, p. 159-177, jan/jun.
- Rejowski, M. (2001). *Ensino em turismo no Brasil: reflexões sobre a realidade do ensino de graduação de 1970 a 2000*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2004). *Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília.
- Tomazoni, E. L. (2007). Educação Profissional em Turismo. Cria-se Mercado pela Formação? *Turismo em Análise*, v. 18, n. 2, p. 197-219.

ⁱ “O Sistema S, ainda hoje, configura-se como uma rede de Educação Profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais de representação empresarial e pelas confederações e federações. É, historicamente, a maior rede de Educação profissional e Tecnológica existente no Brasil, desde os anos 30” (Manfredi, 2016, p. 141).

ⁱⁱ Apenas 104 alunos, de acordo com divulgação do MTur, disponível em <http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=8133>. Acessado em 13 de julho de 2018.

ⁱⁱⁱ De acordo com a divulgação do MTur, disponível em <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7723-turismo-abre-inscri%C3%A7%C3%B5es-para-cursos-de-qualifica%C3%A7%C3%A3o-profissional-presencial-e-online.html>. Acessado em 13 de julho de 2018.